



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 10/21-25 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 2022/11/24

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no edifício do Teatro Valadares em Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, eleita pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituída por Rosa Máximo Gonçalves.
- Paula Cristina Vieira Aldeia, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Carrilho Vítor José Brás Rocha.
- Paula Margarida de Sousa e Almeida, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Carlos Gaspar Segadães.
- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Christine Ferreira Pereira.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Domingos António Alves Velho.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação e discussão de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para no orçamento de 2023 reduzir a taxa do IRS para no valor de 2,5% face aos valores atuais;
- b) – Apreciação e discussão de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para no orçamento de 2023 reduzir a taxa do IMI no Concelho de Caminha.
- c) – Apreciação e discussão de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para no orçamento de 2023 isentar de taxas de urbanização (construção e reconstrução de 1.ª habitação) a cidadãos até 35 anos que fixem residência no Concelho de Caminha;
- d) – Apreciação e discussão de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para no orçamento de 2023 reduzir as taxas de resíduos sólidos no Concelho de Caminha;
- e) – Constituição de uma Comissão Municipal para efetuar um levantamento das necessidades de melhoria das acessibilidades a cidadão portadores de deficiência no Concelho de Caminha;
- f) – Constituição de uma Comissão Municipal de acompanhamento das finanças municipais.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento



Assembleia Municipal de Caminha

Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa para apresentar um requerimento no período (áudio 04.27 e 06.21 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, respondeu ao requerimento apresentado no período (áudio 06.44 e 07.48 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, em resposta ao requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Jorge Nande no período (áudio 07.55 e 08.53 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, usou da palavra para apresentar um requerimento à mesa no período (áudio 09.11 e 09.41 minutos da 1.ª gravação).



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que a mesa aceitou o requerimento e colocou à consideração do plenário, o qual foi aprovado por unanimidade.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, usou da palavra para apresentar um novo requerimento à mesa para que a votação em cada ponto da ordem do dia seja por votação nominal. (áudio 10.36 e 10.49 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que a mesa aceitou o requerimento e colocou à consideração do plenário, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

a) – Apreciação e discussão de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para no orçamento de 2023 reduzir a taxa do IRS para no valor de 2,5% face aos valores atuais

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um voto de protesto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque interrompe quem está no parlatório, e disse ainda que a moção não faz parte da documentação que acompanha os documentos do Edital. no período (áudio 00.12.55 e 00.15.50 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez uma interpelação à mesa e de seguida elaborou um protesto e, disse que a ordem de trabalhos e todas as propostas tem de ser



Assembleia Municipal de Caminha

entregue com documentação de suporte, com 48 horas de antecedência mínimo. (áudio 00.16.10 e 00.17.27 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez vários considerandos na defesa dos munícipes em relação aos impostos, mas, também na defesa saudável das finanças do município, não concordando com uma redução tão abrutada como é proposto pela coligação “O Concelho em Primeiro”. (áudio 00.24.12 e 00.32.11 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Abilio Cerqueira, e perguntou se o Bloco de Esquerda é só um partido ou um conjunto de vários partidos, assim como é a coligação, não é PSD e outros, é o PSD, CDS, Aliança e PPM. (áudio 00.32.32 e 00.33.37 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que não foi no sentido de desrespeitar os outros partidos, no período (áudio 33.50 e 34.29 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez vários considerandos à proposta entre os quais disse que a dívida de 2013 para cá só triplicou e não aumentou em investimento. (áudio 00.34.36 e 00.43.00 minutos da 1.ª gravação) -----

A **Senhora Deputada Christine Pereira**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, não podendo partilhar da mesma opinião na redução da taxa do IRS, onde se remete para o (áudio 00.43.24 e 00.48.50 minutos da 1.ª gravação) -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, relativamente à última intervenção, fez três perguntas: se as medidas, que derivaram das políticas da Troika? Não foi



Assembleia Municipal de Caminha

certamente o PSD nem o CDS que trouxe para Portugal; se reconhece, que em 2014, havia orçamento para o tal choque a nível de impostos? e se sabe que, em 2020, o Partido Socialista aumentou os impostos? Porque para pedir o saneamento financeiro teve de os aumentar para o máximo? (**áudio 00.49.09 e 00.50.00 minutos da 1.ª gravação**) -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez vários considerandos entre os quais disse que esta lei das finanças locais, veio permitir esta possibilidade da participação variável até aos 5%. nunca foi, nem nunca será uma medida universal, uma medida que traga a toda a população do nosso País as mesmas garantias, os mesmos direitos e as mesmas liberdades. A CDU Considera que é fortemente penalizadora para as autarquias, inclusivamente, que esta possibilidade em concreto constitui a tal mera operação de cosmética e que imputando às Câmaras o ónus da incapacidade do Governo: quer por um lado, em solucionar aqueles problemas mais básico da população do País, mas também, por outro lado, na definição das próprias estratégias políticas para resolver os problemas das populações. Onde se remete para o (**áudio 00.50.28 e 00.57.02 minutos da 1.ª gravação**) -

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou: se a CDU nos dias de hoje reconhece ou não, que as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a persecução dos interesses próprios das populações e dos territórios? E se a CDU reconhece ou não que as autarquias locais têm património e finanças próprias, sendo que o regime das finanças locais será estabelecido por lei que visará a justa repartição dos recursos públicos? Onde se remete para o (**áudio 00.57.16 e 00.58.48 minutos da 1.ª gravação**) -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez uma interpelação à mesa sobre a na condução dos



Luís
Luís
Luís

Assembleia Municipal de Caminha

trabalhos, sobres estas situações de interpelação, porque, não são preâmbulos, não são discussões, não são intervenções. **(áudio 00.59.04 e 00.59.20 minutos da 1.ª gravação)** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, em resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado Jorge Nande, disse que estas perguntas os conduzem exatamente ao mesmo ponto e as autarquias são entidades e que a proposta ali apresentada conduz invariavelmente a beneficiar alguns dentro do próprio território municipal. Nem sequer é para benefício da população no seu todo. E esses alguns que pretendem beneficiar nem são aqueles que realmente que mais precisariam desse acolhimento e desse apoio. Remete-se ainda para o **(áudio 00.59.39 e 01.02.52 minutos da 1.ª gravação)** -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez vários considerandos à proposta apresentada pelo seu grupo entre eles disse que a recomendação para a redução de taxa de IRS, são da opinião que isto se impõe no momento atual, em virtude, de se estar presente de uma infração galopante que está neste momento a atingir os 10%. Remetendo para o **(áudio 01.03.12 e 01.09.48 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado: se leu alguma vez as atas da Assembleia no tempo em que o PSD governou? em que é que o Senhor Deputado se baseia para dizer que não se vai recuperar o dinheiro do CET? Remetendo para o **(áudio 01.10.00 e 01.10.39 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, em resposta, disse que não leu as atas do anterior Presidente. Relativamente à questão do CET, o que vem a público é que realmente não há perspetivas de que esse dinheiro seja recuperado, no



Assembleia Municipal de Caminha

Luís Alexandre
Luís Alexandre
Luís Alexandre

entanto, espera que seja devolvido. Remetendo para o (áudio 01.10.47 e 01.11.36 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, em resposta, disse que o Senhor Deputado diz que não vai ser devolvido, perentoriamente, e depois, diz que afinal até pode ser devolvido. Remetendo para o (áudio 01.11.45 e 01.12.03 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, em resposta, disse que isto é um assunto que para eles lhes dói. Sabem porquê? Porque, assinam de cruz tudo o que lhes põe à frente. (áudio 01.12.10 e 01.12.20 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, pede a defesa da honra e disse que não assinam de cruz. Eles vivem no princípio da legalidade e da boa-fé e, pergunta ao Sr. Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora quando se absteve naquela situação se também assinou de cruz? (áudio 01.12.33 e 01.12.46 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, em resposta, disse que se absteve nessa votação, porque a localização do CET, era interessante para o concelho de Caminha. Remetendo para o (áudio 01.13.15 e 01.13.55 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Ferreira**, perguntou ao Sr. Deputado Luís Alexandre se efetivamente quando se refere “você assinam de cruz” se é a toda Assembleia ou a quem efetivamente se está a referir. (áudio 01.14.13 e 01.14.29 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, em resposta, disse que se está a referir a quem aprovou a proposta do CET. (áudio 01.14.33 e 01.14.39 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Ferreira**, disse que quando diz que todos os que estão ali “assinam de cruz” estava a referir-se, efetivamente, aos deputados do PS e afins, quando isso não é verdade. Porque, o Senhor, não consegue, neste momento, dizer quem é que votou a favor, quem se absteve e quem votou contra. (áudio 01.15.08 e 01.15.24 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, fez vários considerandos à proposta apresentada, entre os quais disse que a devolução de IRS beneficia apenas as pessoas com maiores rendimentos, que são aquelas que mais imposto pagam, ao mesmo tempo que diminuiu em milhões de euros receitas da câmara que poderiam e deveriam ser aplicadas em políticas sociais, sobretudo, no combate às desigualdades. (áudio 01.15.40 e 01.18.32 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor deputado se sabe que: as famílias que têm o rendimento na casa dos 850€/900€ em média, são as famílias que também pagam IRS? As famílias que até aqui recebiam reembolsos de IRS nos dois últimos anos deixaram de receber? Remetendo para o (áudio 01.15.40 e 01.18.32 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, agradeceu as palavras do Senhor Deputado, e propôs para votação o requerimento apresentado. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que gostaria de



Assembleia Municipal de Caminha

iniciar a sua intervenção focando-a nos pontos essenciais do debate, e ainda que teve a oportunidade de reunir com todas as forças políticas com assento na Assembleia, no sentido de preparar o orçamento para 2023, cumprindo assim o direito de oposição. Apelou aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesias presentes que, de forma responsável, não dessem provimento à proposta em debate (**áudio 1.22.29 e 1.26.56 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se sabe que, em relação às contas, metade de 722.000,00€, em valor de IRS, são 361.000,00€? Se sabe quais são as competências da Assembleia Municipal em matérias de fixação de impostos e taxas, bem como a sua pronúncia sobre as isenções e benefícios fiscais inerentes aos impostos e tributos do município? Questionou, ainda, sobre a apresentação do orçamento municipal e se sabe quais as consequências de não o fazer dentro do prazo estabelecido na lei, nos termos do *artigo 45.º do Regime Financeiros das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais*? (**áudio 1.27.09 e 1.28.30 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta, disse que o município de Caminha, no que diz respeito a IRS, tem uma receita de 869.654,00€, que a dividir por dois perfaz a módica quantia de 434.827,00€, de acordo com a fonte do orçamento de estado para 2023. Acrescentou que, no último dia do mês, fará chegar às mãos do Senhor Presidente da Assembleia Municipal o orçamento municipal, tal como diz a lei, e que este pode ser debatido em novembro ou dezembro (**áudio 1.28.38 e 1.30.11 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, agradeceu as palavras do Senhor Presidente de Câmara, leu e propôs para votação a recomendação



Assembleia Municipal de Caminha

apresentada a qual foi rejeitada, com vinte e três votos contra e doze votos a favor. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma declaração de voto, na qual disse que a coligação Concelho em Primeiro trouxe à discussão da Assembleia Municipal, qual a importância de redução dos impostos (**áudio 1.36.20 e 1.39.23 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez uma declaração de voto, na qual disse que o Bloco de Esquerda é contra esta descida de imposto, com esta percentagem proposta, uma vez que consideramos ser demasiado abrupta (**áudio 1.39.42 e 1.42.10 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez uma declaração de voto, na qual disse que ele não é contra a baixa de impostos, mas, neste momento, não é possível fazê-lo (**áudio 1.43.06 e 1.44.25 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação a minuta a qual foi aprovada por unanimidade. -----

b) – Apreciação e discussão de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para no orçamento de 2023 reduzir a taxa do IMI no Concelho de Caminha

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez vários considerandos à proposta apresentada pelo seu grupo entre eles disse que o IMI tem uma particularidade



Assembleia Municipal de Caminha

de ser um imposto, mais abrangente do que o IRS, refletindo-se esta redução de taxa diretamente no bolso da grande maioria dos munícipes de Caminha (áudio 1.47.20 e 1.51.06 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, na sequência da anterior intervenção, fez um pedido de esclarecimentos e perguntou: se o deputado sabia quais eram as razões invocadas pelo PSD em 2011/ 2012 sobre o valor do IMI que era cobrado aos caminhenses, na época onde ocorreu a maior crise de sempre, com mais de mil desempregados? (áudio 1.52.08 e 1.52.41 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Luís Alexandre, em resposta, disse que, relativamente às questões colocadas sobre o período de 2010, 2011 e 2012, não sabe responder (áudio 1.52.47 e 1.53.30 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Abílio Cerqueira, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que esta redução embora pequena, em termos percentuais, como diz respeito a prédios urbanos, representa para os munícipes um valor relevante na sua economia familiar, pelo que merece o nosso voto favorável (áudio 1.53.38 e 1.55.42 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Deputado João Domingues, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que a bancada do Partido Socialista não poderá votar favoravelmente. Mais disse que a Câmara Municipal de Caminha tem uma situação financeira delicada, que exige a obtenção do máximo de receita possível, de forma a fazer face às inúmeras despesas e obrigações que sobre si impendem (áudio 1.55.55 e 1.57.52 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez vários considerandos à proposta apresentada pelo seu grupo entre eles disse que o objetivo desta proposta é ajudar as famílias do concelho. Como? Reduzindo nos impostos que o município pode ajudar. Mais disse que querem que o dinheiro seja canalizado para bem das pessoas do concelho (**áudio 1.58.00 e 2.03.02 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que não poderá votar favoravelmente a descida do IMI, onde se remete para (**áudio 1.58.00 e 2.03.02 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que devem ser mantidas as taxas aprovadas pela Assembleia Municipal em anos passados, onde se remete para o (**áudio 2.04.26 e 2.06.24 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que sua intenção de voto está condicionada pelo que o Senhor Presidente da Câmara irá declarar. Mais disse que não tem a sua opinião fundada e a opção de voto decidida, naquele momento, dado que, não pretende gerar um desequilíbrio orçamental no Município de Caminha. (**áudio 2.06.31 e 2.14.16 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, no qual questionou o Senhor Deputado Celestino Ribeiro se a sua intenção de voto ficará condicionada, eventualmente ser favorável, se, por exemplo, o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente da Câmara nos vier a garantir que no próximo orçamento, que é cerca de 23.000.000,00€, vai reduzir substancialmente naquilo que são as despesas, que nós consideramos supérfluas? **(áudio 2.14.21 e 2.15.01 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Celestino Ribeiro**, em resposta, disse que a responsabilidade da Câmara Municipal, num momento como este que estamos a atravessar, é fazer um orçamento e fazer cumprir esse mesmo orçamento, onde se remete para o **(áudio 2.15.08 e 2.16.02 minutos da 1.ª gravação).** ----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanheles, Adolfo Marrocos**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que não podendo partilhar da mesma opinião na redução da taxa do IMI, onde se remete para o **(áudio 2.16.08 e 2.17.15 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, no qual perguntou ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Lanheles, se tem noção que os duzentos e qualquer coisa mil euros que a Câmara colocou no orçamento para as Juntas de Freguesia, deste ano, é menos dinheiro que os 369.000,00€ e mais os 23.000,00€ num parecer que a Câmara gastou no SET? **(áudio 2.17.22 e 2.17.53 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanheles, Adolfo Marrocos**, em resposta, disse que tem conhecimento do valor atribuído e que lhe preocupa que reduzam o montante das transferências adjudicadas para as Freguesias, pois essas são essenciais. **(áudio 2.17.57 e 2.19.19 minutos da 1.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Presidente da União de Freguesias de Venade/Azevedo, Sofia Loução**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles perguntou a todos os presentes, todos adultos, todos temos as nossas despesas, temos as nossas contas para pagar, quem de vocês, aqui, venderia, hoje, o imóvel que possui pelo valor patrimonial que lhe está atribuído? Onde se remete para o **(áudio 2.19.23 e 2.21.00 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, no qual perguntou se a Senhora Presidente sabe que conforme tem o direito de pedir a redução do valor dos imóveis, em certos períodos pela antiguidade, também tem a obrigação noção de ir às finanças dizer que o imóvel vale mais para ser tributado em conformidade? **(áudio 2.21.10 e 2.21.41 minutos da 1.ª gravação)**. -----

A **Senhora Presidente da União de Freguesias de Venade/Azevedo, Sofia Loução**, em resposta, disse que não venderia o seu imóvel por quatro ou cinco vezes mais do valor que ele está avaliado. **(áudio 2.21.53 e 2.22.01 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento, no qual perguntou: se realmente disse que o IMI no concelho de Caminha é tributado sobre avaliações que não estão corretas, ou seja, tributamos sobre uma avaliação que supostamente não está correta? **(áudio 2.22.14 e 2.22.47 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente de Câmara, Rui Lages**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que a própria Câmara Municipal também sofre com a inflação e que, neste orçamento, a intenção é cortar naquilo que são os gastos acessórios e



Assembleia Municipal de Caminha

focarmo-nos naquilo que é o essencial para o município. Terminou a sua intervenção pedindo aos Senhores Presidentes de Junta que não votassem favoravelmente a proposta. **(áudio 2.23.05 e 2.28.35 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, no qual questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre os seguintes assuntos: 1. Que gorduras vai cortar? 2. De onde retira os números para dizer que as nossas propostas representam mais de um milhão de euros? 3. Confirma ou desmente que as transferências do orçamento de estado para o município de Caminha têm aumentado? 4. No Orçamento de Estado para 2023, para Caminha estão previstos 7.473.000,00€, o que corresponde a uma evolução, entre 2019 e 2023, de 12%. Se se está a fiar pelas previsões do orçamento, pergunto-lhe se confirma estes números? **(áudio 2.28.41 e 2.30.49 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente de Câmara, Rui Lages**, usou da palavra e respondeu aos quesitos do Senhor Deputado Jorge Nande e finalizou reiterando a sua posição inicial da intervenção, onde se remete para o **(áudio 2.30.55 e 2.33.20 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento, no qual perguntou ao Senhor Presidente da Câmara: se acha que algum dos deputados e das deputadas que estão aqui não quer honrar os seus compromissos? Onde se remete para o **(áudio 2.34.05 e 2.36.08 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente de Câmara, Rui Lages**, em resposta, disse que sabe que cada eleito quer o melhor para o concelho de Caminha e bem-estar da população, por muito que os pensamentos possam ser divergentes ou



Assembleia Municipal de Caminha

convergentes. Pediu desculpa e finalizou dizendo: todos queremos o melhor para o nosso concelho. Pelo menos é esse o seu desiderato e é essa a sua convicção. (áudio 2.36.15 e 2.36.48 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, agradeceu as palavras do Senhor Presidente de Câmara, leu e propôs para votação a proposta apresentada a qual foi rejeitada, com vinte votos contra, treze votos a favor e duas abstenções. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma declaração de voto, na qual expôs que a coligação Concelho em Primeiro esperava esta posição contrária da Assembleia e elencou quais são as despesas que pesam nas contas do município de Caminha, onde se remeta para o (áudio 2.44.31 e 2.45.31 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma declaração de voto, na qual disse que para a CDU não ficou comprovado uns dos considerandos essenciais da proposta: que a redução do IMI não iria colocar em risco a sustentabilidade económica e financeira do município. Razão pela qual, não votaram favoravelmente. (áudio 2.45.36 e 2.46.30 minutos da 1.ª gravação). -

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação a minuta a qual foi aprovada por unanimidade. -----

c) – Apreciação e discussão de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para no orçamento de 2023 isentar de taxas de urbanização (construção e reconstrução de 1.ª habitação) a cidadãos até 35 anos que fixem residência no Concelho de Caminha



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento aos proponentes da proposta, onde se remete para o **(áudio 3.02.26 e 3.03.00 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez vários considerandos à proposta entre os quais declarou que a redução de impostos é muito importante para o Concelho de Caminha, onde se remete para o **(áudio 3.05.50 minutos da 1.ª gravação e 00.06.01 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, na qual afirmou que o Regimento prevê que os membros da assembleia não podem interromper o orador e finalizou questionando o Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís: qual o artigo que lhe consente retirar a palavra aos membros desta Assembleia, quando estes estão a fazer as suas intervenções sobre os assuntos políticos? Onde se remete para o **(áudio 00.08.01 minutos e 00.10.55 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação "O Concelho em Primeiro", entre eles disse que o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente esta proposta, onde se remete para o **(áudio 00.13.10 minutos e 00.15.40 minutos da 2.ª gravação)**.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação "O Concelho em Primeiro", entre eles disse que a CDU pretende votar favoravelmente esta proposta, reservando-se ao direito de alterar a sua posição, depois de ouvir integralmente o texto que



Assembleia Municipal de Caminha

acompanha a proposta. (**áudio 00.16.00 minutos e 00.18.50 minutos da 2.^a gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que irá votar favoravelmente esta medida, onde se remete para o (**áudio 00.18.56 minutos e 00.19.53 minutos da 2.^a gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez vários considerandos à proposta apresentada pelo seu grupo entre eles disse que o objetivo desta proposta é beneficiar precisamente os jovens, até aos 35 anos de idade, a fixarem a sua residência própria e permanente no concelho de Caminha. Acrescentou, que os sistemas de controlo têm de ser extremamente eficazes, para que não haja tentativas de fraude. (**áudio 00.20.05 minutos e 00.24.36 minutos da 2.^a gravação**). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento, no qual perguntou ao Senhor Deputado Jorge Nande se não vê discriminação nesta proposta? (**áudio 00.24.54 minutos e 00.26.11 minutos da 2.^a gravação**). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento, no qual perguntou se o deputado sabe: qual é a variação de população, desde os censos de 2011 até 2021, de todos os concelhos do Alto Minho? E qual é o índice vencimento do Concelho de Caminha? (**áudio 00.26.22 minutos e 00.26.53 minutos da 2.^a gravação**). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, em resposta, ao Deputado Abílio Cerqueira, disse que se achasse a proposta discriminatória, não a estaria a defender e, em resposta, ao Senhor Presidente da União de Junta de Freguesia de Caminha/ Vilarelho, disse que sabe que os Concelhos do interior do distrito de Viana do Castelo são aqueles que mais população perdem e que Caminha, sendo um Concelho do litoral, tem potencial para cativar e fixar a população mais jovem, onde se remete para o **(áudio 00.26.58 minutos e 00.30.08 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, em representação da bancada do Partido Socialista, propôs à Assembleia Municipal a seguinte proposta: isenção das taxas urbanísticas aplicáveis a todos os procedimentos de comunicação prévia, licenciamento ou autorização de utilização, para os imóveis destinados a primeira habitação própria e permanente para cidadãos com idade entre os 18 e os 37 anos, onde se remete para o **(áudio 00.30.25 minutos e 00.35.01 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, na qual disse que a ordem de trabalhos tem uma proposta específica e como se trata de uma Assembleia Geral Extraordinária esta não admite a inserção de outras propostas. Razão pela qual pediu esclarecimentos, onde se remete para o **(áudio 00.35.07 minutos e 00.35.58 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, em resposta, disse que não interrompeu a intervenção do orador, uma vez que não sabia quais as conclusões que ele iria chegar. -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, em protesto, disse que é inadmissível que o Senhor deputado Jorge Nande se manifestasse em relação a outro deputado como:



Assembleia Municipal de Caminha

funcionário da Câmara. O Senhor Filipe Fernandes é um deputado eleito pelo Concelho de Caminha, merecendo todo o respeito por toda a Assembleia Municipal. (áudio 00.36.20 minutos e 00.37.02 minutos da 2.ª gravação). ----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, na qual disse que da leitura do edital depreende-se que há uma Assembleia Municipal extraordinária convocada para apreciação e discussão de uma proposta recomendação à Câmara para o orçamento de 2023 isentar de taxas de urbanização e construção de primeira habitação cidadãos até 35 anos que fixem residência no Concelho de Caminha. A proposta que a bancada do Partido Socialista apresentou é diferente do que consta do edital, onde se remete para o (áudio 00.39.12 minutos e 00.39.55 minutos da 2.ª gravação).

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, em defesa, disse que a proposta que o Partido Socialista apresenta é a mesma, com a alteração de 35 anos para 37 anos de idade. (áudio 00.40.02 minutos e 00.41.05 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que a mesa não aceita a recomendação apresentada pela bancada do Partido Socialista. -----

O **Senhor Presidente de Câmara, Rui Lages**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação "O Concelho em Primeiro", entre eles disse que quando 90% desta Assembleia está em comum acordo, relativamente à questão da habitação e da promoção da fixação dos nossos jovens no nosso Concelho, o alargamento proposto nada coartava a proposta inicial, dado que esta pode ser a todo o tempo melhorada. (áudio 00.41.29 minutos e 00.45.46 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, no qual questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre os seguintes assuntos: se sabe que os regulamentos municipais que estão em suporte digital não podem ser anotados e que na sala da Assembleia Municipal que nos cederam não há papel para imprimir e fazer anotações? O “Concelho em Primeiro” não está contra o alargamento da proposta, está contra a violação do princípio da legalidade subjacente a esta Assembleia, e se havia esta intenção porque não o fizeram mais cedo? Mais perguntou, se as receitas cobradas a título de taxas, porque isto não é um imposto, é uma taxa, não vão entrar no orçamento? **(áudio 00.45.50 minutos e 00.47.06 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta, disse que o executivo camarário, na conjuntura, não sabe o impacto financeiro que esta medida tem. De todo modo, iremos estudar e ponderar, caso esta recomendação seja aprovada, onde se remete para o **(áudio 00.47.07 minutos e 00.48.35 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, agradeceu as palavras do Senhor Presidente de Câmara, leu e propôs para votação a proposta apresentada a qual foi aprovada, com um voto contra, trinta votos a favor e quatro abstenções. -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez uma declaração de voto, na qual disse que o Bloco de Esquerda votou contra a proposta apresentada, onde se remete para o **(áudio 00.57.21 minutos e 00.59.11 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez uma declaração de voto, na qual afirmou que apesar de não concordar com a maior parte dos considerandos desta proposta, votou



Assembleia Municipal de Caminha

favoravelmente, porque concorda com o essencial. (áudio 00.59.15 minutos e 00.59.49 minutos da 2.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Adolfo Marrocos**, fez uma declaração de voto, explicando o motivo pelo qual votou favoravelmente. (áudio 00.59.51 minutos e 01.00.37 minutos da 2.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez uma declaração de voto, disse que votou favoravelmente, uma vez que a juventude se deve fixar no nosso Concelho. (áudio 01.00.49 minutos e 01.01.16 minutos da 2.^a gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma declaração de voto, na qual disse que a coligação “Concelho em Primeiro” pretende que esta a proposta seja generalista e não restritiva. (áudio 01.01.19 minutos e 01.02.36 minutos da 2.^a gravação). -----

O **Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Ferreira**, fez uma declaração de voto, na qual disse que se absteve porque não concorda inteiramente com o seu conteúdo e a forma ela foi elabora (áudio 01.02.48 minutos e 01.03.19 minutos da 2.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação a minuta a qual foi aprovada por unanimidade. -----

d) – Apreciação e discussão de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal para no orçamento de 2023 reduzir as taxas de resíduos sólidos no Concelho de Caminha



Assembleia Municipal de Caminha

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez vários considerandos à proposta apresentada pelo seu grupo entre eles disse que a proposta para a resolução da taxa de resíduos sólidos urbanos, neste momento, se impõe atual, e que ela seja aprovada, onde se remete para o **(áudio 01.05.05 minutos e 01.07.13 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente a proposta, uma vez que considera que a redução de taxas relacionadas com os resíduos urbanos deve ter em conta dois aspetos essenciais: 1) As taxas devem ser reduzidas para quem se preocupa com o ambiente, com a reciclagem, com a compostagem e com a menor utilização de embalagens comerciais; 2) As taxas devem ser reduzidas para quem detém menores rendimentos do agregado familiar. **(áudio 01.07.19 minutos e 01.10.06 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Vítor Brás**, fez vários considerandos à proposta apresentada pela coligação “O Concelho em Primeiro”, entre eles disse que a bancada do Partido Socialista votará contra esta proposta, onde se remete para o **(áudio 01.10.10 minutos e 01.13.11 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez vários considerandos à proposta apresentada pelo seu grupo entre eles disse que a única forma que nós conseguimos fazer alguma poupança nas famílias do Concelho, no que diz respeito à fatura da água, é reduzir nas taxas, tarifas ou preços dos resíduos sólidos. **(áudio 01.13.27 minutos e 01.18.57 minutos da 2.ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente de Câmara, Rui Lages**, fez vários considerandos à proposta apresentada, entre eles disse que gostava de transmitir que, por exemplo, no ano 2021, entre o pagamento à Luságua e Valor Minho tivemos um custo de 1.100.832,00€, números redondos e a receita que a Câmara Municipal arrecadou através destas tarifas foi de 871.000,00€. Ou seja, existe um défice de 229.551,00€. Tendo em conta esta informação: deixa à consideração dos Senhores Deputados. **(áudio 01.19.06 minutos e 01.21.51 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, no qual questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre os seguintes temas: 1) qual é o mal que vem ao mundo em subsidiar um serviço Público essencial? 2) se quando diz que entre a Luságua e Valor Minho, que é quem recebe os resíduos, custeou 1.100.000,00€ e que recebeu 870.000,00€ dos munícipes pergunto-lhe se nesse 1.100.000,00€ inclui as toneladas de verdes que foram nos camiões do lixo? 3) se nesse valor inclui o que pagou de juros no início do ano porque não pagou as faturas a tempo? 4) pergunto-lhe se nestes 870.000,00€, no fundo, quanto é que deixou de receber de faturas emitidas? **(áudio 01.22.00 minutos e 01.23.18 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente de Câmara, Rui Lages**, em resposta, disse que, na sua ótica, não há mal nenhum em subsidiar, mas até quando é que o executivo pode fazer esse esforço. Mais disse que, ele não está a fazer chantagem, com quem quer que seja e o que recomenda aos Senhores Deputados, é que de forma racional e honesta, não aprovem esta proposta **(áudio 01.23.20 minutos e 01.24.45 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, no qual disse que o Senhor Presidente esclareceu que tem um défice de cerca de



Assembleia Municipal de Caminha

270.000,00€ e ele perguntou-lhe se nesse défice está a incluir os 100.000,00€ que pagou de juros à Luságuas por não ter pago as faturas a tempo? Acrescentou que, o Senhor Presidente não respondeu a todas as questões, onde se remete para o **(áudio 01.24.51 minutos e 01.26.13 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente de Câmara, Rui Lages**, em resposta, disse que os juros não estão incluídos neste montante e afirmou que tem de existir mais civismo por parte de todos, incluindo dos munícipes do Concelho de Caminha, no que toca à questão dos verdes. Relativamente à última questão das execuções, compete às Águas do Alto Minho fazer essa cobrança coerciva, uma vez que a faturação é gerada por eles. **(áudio 01.26.16 minutos e 01.28.19 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, agradeceu as palavras do Senhor Presidente de Câmara, leu e propôs para votação a proposta apresentada a qual foi rejeitada, com vinte votos contra, doze votos a favor e três abstenções. -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez uma declaração de voto, na qual disse que o Bloco de Esquerda votou contra a proposta apresentada, onde se remete para o **(áudio 01.39.50 minutos e 01.41.56 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma declaração de voto, na qual disse que a coligação "Concelho em Primeiro" irá manter a sua posição: sempre que for possível com estas propostas apresentadas e sempre para bem da população de Caminha. **(áudio 01.42.00 minutos e 01.42.54 minutos da 2.ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez uma declaração de voto, na qual aclarou o motivo de votar contra, onde se remete para o **(áudio 01.43.00 minutos e 01.43.34 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, fez uma declaração de voto, na qual disse que o seu voto foi contra porque entende que o Considerando 13º não corresponde à verdade, pois todos os deputados têm acesso à documentação e regulamentos. **(áudio 01.43.45 minutos e 01.44.40 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação a minuta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

e) – Constituição de uma Comissão Municipal para efetuar um levantamento das necessidades de melhoria das acessibilidades a cidadão portadores de deficiência no Concelho de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, deixou à consideração do plenário o prosseguimento da sessão a qual foi aceite, com um voto contra e trinta e quatro votos a favor. -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, usou da palavra e leu o teor da deliberação no período **(áudio 01.46.46 e 01.51.00 minutos da 1.ª gravação)**.

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez vários considerandos, entre os quais disse que esta proposta de recomendação é o seguimento lógico para que o



Assembleia Municipal de Caminha

Concelho de Caminha se torna um concelho mais inclusivo, mais seguro para todos na mobilidade. (**áudio 01.52.07 minutos e 01.54.24 minutos da 2.^a gravação**). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez diversos considerandos e declarou que o Bloco de Esquerda vê com bons olhos a Constituição de uma Comissão que esteja focada na problemática das acessibilidades, não apenas para as pessoas com incapacidade limitadoras, mas para todas as pessoas que necessitam de se movimentar com facilidade. (**áudio 01.54.30 minutos e 01.57.37 minutos da 2.^a gravação**). -----

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, fez vários considerandos à proposta apresentada, entre eles disse que a Câmara Municipal de Caminha já detém técnicos com as habilitações legais necessárias e efetivas para corporizar o desiderato da proposta apresentada, propósito para a bancada do Partido Socialista votar desfavoravelmente. (**áudio 01.54.30 minutos e 02.02.00 minutos da 2.^a gravação**). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez vários considerandos, entre eles disse que a proposta apresentada é oportuna, porquanto houve uma manifestação de uma munícipe do Concelho de Caminha e desde essa ocasião que permanece um compromisso de todos de que alguma coisa iria ser feita e com urgência. Todavia, entende que a Constituição de uma Comissão Municipal irá protelar ainda mais a resolução do problema. (**áudio 02.02.04 minutos e 02.06.49 minutos da 2.^a gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez vários considerandos à proposta aludida entre eles disse que: a criação de uma Comissão Municipal composta por elementos de distintos grupos políticos é benéfica. Desde que, todos trabalhem com vontade e persistência para a progresso do município. E no que



Assembleia Municipal de Caminha

concerne aos técnicos municipais, estes não serão afastados porque o Presidente da Comissão irá agilizar com o Senhor Presidente da Câmara a gestão de meios, materiais e humanos, nas deslocações da Comissão. (áudio 02.06.52 minutos e 02.11.12 minutos da 2.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, pede a defesa da honra e disse que não sabe qual a prática adotada pela bancada da coligação “O Concelho em Primeiro”, todavia no que toca à sua pessoa não volta a insinuar que alguém lhe escreve os seus textos. (áudio 02.11.31 minutos e 02.11.57 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez vários considerandos à proposta e disse que felizmente que todos estão de acordo que o nosso território tem de ser melhorado, quer ao nível das acessibilidades quer ao nível da inclusão. Todavia, não concorda com a criação da Comissão, porque confia nos técnicos da Câmara, nos Presidentes de Junta, que todos os dias trabalham nestas matérias e, portanto, vamos deixar os técnicos apresentar uma proposta. (áudio 02.12.14 minutos e 02.14.14 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, disse que não concorda com esta proposta, porquanto esta leva-o a pensar que todos os Presidentes de Junta não estão a fazer o trabalho que lhes é concedido, o que não corresponde à verdade. (áudio 02.14.19 minutos e 02.16.14 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez um pedido de esclarecimento, tendo confirmado a queda do muro e clarificado que, na época, foi demandado um o processo contra o empreiteiro. (áudio 02.16.27 minutos e 02.17.32 minutos da 2.ª gravação). --



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, em resposta disse que: *o mínimo que se exige numa situação destas é retirar todo o entulho que está a obstruir a estrada, arrumá-lo e depois processar o empreiteiro. (áudio 02.17.44 minutos e 02.17.58 minutos da 2.ª gravação).* -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, usou da palavra e disse que o lixo não foi retirado, porque o executivo camarário PS deixou que se passasse bastante tempo, bastantes meses e bastantes anos, com aquilo assim. **(áudio 02.18.09 minutos e 02.18.30 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação a proposta apresentada a qual foi rejeitada, com vinte votos contra, onze votos a favor e quatro abstenções. -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma declaração de voto, na qual disse que os vinte eleitos que votaram contra esta proposta, contradisseram o que tinham defendido no dia em que a munícipe Isabel Varela esteve presente na Assembleia Municipal. **(áudio 02.25.44 minutos e 02.26.46 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação a minuta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

f) – Constituição de uma Comissão Municipal de acompanhamento das finanças municipais



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, usou da palavra e leu o teor da deliberação no período (**áudio 02.27.06 e 02.32.14 minutos da 1.ª gravação**).

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, apresentou dois exemplos que na sua retórica sustentam a necessidade de implementar uma comissão municipal para controlar contas do município, uma vez que subsistem questões que foram parcialmente esclarecidas. (**áudio 02.33.01 minutos e 02.36.53 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez diversos considerandos e declarou que o Bloco de Esquerda acompanha esta proposta, votando-a favoravelmente, uma vez que a situação financeira do município carece de uma atenção especial, onde se remete para o (**áudio 02.37.01 minutos e 02.39.12 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez vários considerandos à proposta, entre eles disse que em dezembro do ano passado a Assembleia Municipal foi confrontada com um pedido de saneamento financeiro, feito ao Tribunal de Contas, que teve 3 rejeições diretas. Ou seja, o executivo camarário não conseguiu cumprir os requisitos para ser beneficiado, digamos assim, de um pedido de saneamento financeiro. A transparência é necessária e esta Comissão tem um prazo definido de 5 meses, que é para ser realmente eficaz. (**áudio 02.39.16 minutos e 02.43.47 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez vários considerandos à proposta apresentada, entre eles disse que: a primeira vontade da CDU mal surgiu a indicação desta proposta é de votar ou era de votar favoravelmente,



Assembleia Municipal de Caminha

uma vez que ela dizia que era para fazer um acompanhamento das finanças municipais. Todavia, ao longo da defesa exposta, a CDU percebeu que esta Comissão já tem demasiadas diretrizes, algo que não estava no pensamento inicial. Existe uma agenda política muito bem determinada, porque ela direciona todas aquelas que são as ações e as consequências das ações da própria Comissão. **(áudio 02.43.53 minutos e 02.47.52 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez vários considerandos à proposta entre eles disse que a constituição de uma Comissão tinha todo o interesse, se fosse abordar a situação estrutural das contas da Câmara Municipal. Esta comissão tem uma agenda política, não quer olhar para os problemas estruturais e está a prender-se aos problemas conjunturais. **(áudio 02.47.58 minutos e 02.51.01 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao anterior orador: 1) se é capaz de explicar quais são os problemas conjunturais e os problemas estruturais? 2) se o Senhor Presidente não conhece o artigo 25º da Lei 75/2013, que nos diz que é da competência da Assembleia Municipal fiscalizar a atividade do executivo municipal? A iniciativa de convocar Assembleias Municipais compete a 12 membros desta Casa. Pergunto-lhe se o senhor está a querer condicionar a atividade dos eleitos da OCP? **(áudio 02.51.05 minutos e 02.52.25 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, em resposta, disse que as situações estruturais têm a ver com a dívida e com equilíbrio financeiro, todavia os eleitos da OCP estão muito preocupados com situações conjunturais. Quanto às Assembleias Municipais Extraordinárias não vê necessidade de serem convocadas mensalmente,



Assembleia Municipal de Caminha

porquanto a Assembleia Municipal continua a deter o seu poder fiscalizador e Caminha tem uma normalidade democrática. **(áudio 02.52.30 minutos e 02.53.50 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente de Câmara, Rui Lages**, fez vários considerandos à proposta apresentada, entre eles disse que está preocupado com aquilo que foi dito nesta Assembleia, neste ponto em concreto. Compete à Assembleia Municipal fiscalizar a Câmara Municipal, isto é o órgão deliberativo deve fiscalizar o órgão executivo, todavia uma coisa é fiscalizar e coisa outra coisa distinta é controlar e não compete a esta Assembleia controlar o exercício da Câmara Municipal. Os Senhores Deputados podem consultar a todo o tempo a informação que desejem, nunca foi coartada essa possibilidade ou essa liberdade de exercício de fiscalização. **(áudio 02.54.08 minutos e 02.56.56 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara: 1) pergunto se a disponibilidade também é para nos fornecer papel para tomarmos apontamentos? 2) se Vossa Excelência considera que membros desta Assembleia ao efetuarem um levantamento exaustivo dos contratos públicos firmados pelo município, desde o início deste mandato, se considera isto um controle ou uma fiscalização? 3) se considera que analisar todos os pagamentos ordenados pelo executivo durante este mandato autárquico, assim como os correlativos documentos legais de suporte que titulam esses pagamentos, ou seja verificar se o pagamento saiu, verificar que tipo de contrato foi adotado e que tipo de fatura foi passada, pergunto-lhe se isto para si é controlar ou é fiscalizar? 4) pergunto-lhe se efetuar o levantamento da totalidade da dívida pública, se isto para si é fiscalizar ou controlar? 5) apurar a existência de eventual dívida oculta, pergunto-lhe se isto é fiscalizar ou controlar? E 6) se discriminar e documentar pagamentos que suscitem reservas quanto à sua proveniência,



Assembleia Municipal de Caminha

classificação económica ou natureza, pergunto-lhe se, isto é, fiscalização ou controle? (áudio 02.57.03 minutos e 02.59.05 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez um pedido de esclarecimento, no qual disse que “controle” é um termo que ele utiliza, mas também, o Senhor Presidente, certamente, sabe que “controle” é sinónimo de “fiscalização” e foi só nesse sentido que ele quis dizer, não é razão para se aproveitar do meu erro, se induzi o pensamento noutro sentido. (áudio 02.59.16 minutos e 02.59.57 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que acredita, plenamente, no que foi dito pelo colega Deputado Luís Alexandre e o que estão a debater é a criação de uma comissão de acompanhamento. E o acompanhamento é muito diferente de fiscalização e de controlos. Questionou, ainda, aos Senhores Deputados da coligação se, de facto, consideram a diferença entre controle e fiscalização, de acompanhamento das contas do município. (áudio 03.00.06 minutos e 03.01.20 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, em resposta e disse que não percebeu a questão colocada pelo anterior deputado e questionou-o se sendo isto uma comissão de acompanhamento, como é que faz um acompanhamento sem ver nada? (áudio 03.01.24 minutos e 03.02.10 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, esclareceu que acompanhamento podem com certeza fazer e que a Câmara Municipal não os vai impedir de chegar aos documentos que necessitam. Um acompanhamento é consentido o que é muito diferente de controlo. (áudio 03.02.15 minutos e 03.02.50 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou aos membros da Assembleia se não estão todos cientes, porque se trata de uma questão de lei, que os membros do órgão de fiscalização e deliberação não podem interferir na gestão camarária. Esta Comissão não terá qualquer tipo de interferência na gestão do executivo, porque a lei não o permite. **(áudio 03.02.55 minutos e 03.03.33 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, assentou que não há respostas coletivas e propôs para votação a proposta apresentada a qual foi rejeitada, com vinte votos contra, catorze votos a favor e uma abstenção. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma declaração de voto, na qual disse que a coligação "O Concelho em Primeiro" apresentou esta proposta e votou favoravelmente, porque não têm, rigorosamente, dúvidas nenhuma que esta é a vontade de todos os caminhenses, onde se remete para o **(áudio 00.01.51 minutos e 00.02.36 minutos da 3.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, fez uma declaração de voto, na qual aclarou os motivos de votar contra esta proposta, no período **(áudio 00.02.45 minutos e 00.03.53 minutos da 3.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação a minuta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 03H40M, do dia 25 de novembro de 2022, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria



Assembleia Municipal de Caminha

Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)